

E&N Benefício social — B1 e B2

Auxílio vai passar por pente-fino para atacar distorções

Problemas no cadastro de beneficiados pelo programa social podem fazer com que 3 milhões de pessoas percam o auxílio em 2023.

.....
5,3 milhões
de famílias são unipessoais
(apenas um integrante)
.....

Auxílio vai passar por ‘pente-fino’

— Distorções no cadastro do programa social acendem o sinal amarelo para equipe de transição: 3 milhões de pessoas correm o risco de perder o benefício no início de 2023

.....
LUIZ GUILHERME GERBELLI

Apenas garantir um valor maior para o novo Bolsa Família – atual Auxílio Brasil – não vai ser suficiente para que o próximo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenha uma política bem-sucedida no combate à pobreza. Sem depurar o Cadastro Único e focar no perfil das pessoas atendidas, o programa pode se tornar ineficiente e ter um resultado abaixo do seu potencial. E a equipe de transição do novo governo sabe que será necessário um “pente-fino” nos benefícios, de olho especialmente nas concessões individuais.

A avaliação é de que o País pas-

sou a enfrentar uma distorção no Cadastro Único. Houve um forte crescimento na quantidade de famílias compostas por apenas um integrante – chamadas de unipessoais – incluídas pelo programa social. Em agosto, cerca de 5,3 milhões estavam nessa condição.

O Ministério da Cidadania já instaurou um procedimento para averiguar o aumento de famílias unipessoais e informou que também faz um “tratamento de todo o público do Cadastro Único” em parceria com a Dataprev.

No caso das famílias unipessoais, a apuração vai ter início para os cadastrados incluídos ou atualizados após novembro de 2021, quando somavam 2,2 milhões. Ou seja, 3 milhões de bene-

ficiários terão de atualizar os dados para evitar o bloqueio do benefício. “Existe uma agenda (para o próximo governo) de qualificação de cadastro. É uma agenda

.....
“Não reclamo de o governo ter aberto esses processos, mas deveria ter feito isso antes”

Tereza Campello
Da equipe de transição de Lula

grande e que apresenta um desafio enorme”, diz Vinicius Botelho, ex-secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania.

No Cadastro Único, o beneficiário faz uma autodeclaração da ren-

da e da composição familiar. No auge da pandemia, a maneira como se deu a inscrição ajudou a provocar uma deterioração da base de dados. Para liberar o antigo auxílio emergencial, depois transformado em Auxílio Brasil, o governo possibilitou a adesão de beneficiários por meio de aplicativo, sem a necessidade de uma grande atuação de agentes dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) para acompanhar o perfil dos inscritos.

Na equipe de transição, o principal foco é com a herança que será deixada pela apuração aberta pelo Ministério da Cidadania. “Isso vai afetar o governo, vamos assumir com um processo em que não fomos consultados”, afirma Tereza Campello, uma das

coordenadoras da área de assistência social da transição. “Não estou reclamando de o governo ter aberto esses processos, mas deveria ter feito isso antes.”

O novo governo também foi alertado pelo TCU sobre a distorção. “O governo Lula vai assumir com 1 milhão de pessoas sendo chamadas em janeiro e 2 milhões de pessoas sendo chamadas em fevereiro para comparecer ao Cras ou (as benefícios) vão ser bloqueados”, afirma Campello. “A pessoa não vai receber, e o que ela vai fazer? Vai ao Cras tentar saber o que aconteceu. Vamos ter o governo assumindo com um monte de fila.” ●

PROGRAMA PRECISA TER ‘PORTA DE SAÍDA’. DIZEM ESPECIALISTAS. PÁG. B2

TRANSIÇÃO



Benefícios sociais

Programa precisa rever critérios e ter 'porta de saída', dizem especialistas

Uma das críticas ao desenho do atual Auxílio Brasil é levar em conta a renda familiar, e não a por pessoa

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Além da defasagem do Cadastro Único, outra grande crítica dos especialistas que se debruçam sobre políticas de assistência social é a de que o desenho do atual Auxílio Brasil leva em conta a renda familiar, não a per capita. Ou seja, famílias com dois ou seis integrantes, por exemplo, recebem os mesmos R\$ 600. “Um bom desenho de programa considera a composição familiar para definir a transferência”, afirma Laura Muller Machado, professora do Insper e ex-secretária de Desenvolvimento Social de São Paulo.

O próximo Bolsa Família deve custar R\$ 175 bilhões, conforme prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que retira o benefício do teto de gastos e mantém o valor de R\$ 600, além de criar um adicional de R\$ 150 por criança com até seis anos. Se confirmado, será um montante gasto que vai equivaler a quase cinco vezes o orçamento do programa original, que era de R\$ 33 bilhões – em valo-

res corrigidos pela inflação, chega a R\$ 41 bilhões.

“Na atual gestão, houve uma desintermediação da política social”, diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social. “Toda a literatura (de combate à pobreza) está baseada na renda per capita, não na do domicílio. No desenho atual do Auxílio Brasil, ele estima que há um desperdício de 55% de dinheiro. “Poderia se fazer mais com os mesmos recursos.”

Receita
Só transferir renda não é suficiente para superar a pobreza; é necessário investir em ensino e saúde

O formato do novo Bolsa Família, afirma Tereza Campello, uma das coordenadoras da área de assistência social da transição, só deve ficar mais claro com a definição do nome que cuidará do programa e ao longo do próximo governo. “O nosso projeto quer retomar as principais características do Bolsa Família”, afirma Campello, que também atuou como ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na administração Dilma Rousseff. “A primeira é que o desenho levava em conta a composição familiar, e a segunda questão é que o programa considerava fundamental que

crianças e gestantes tivessem direito e acesso à educação e à saúde.”

SUPERAÇÃO DA POBREZA. Mais do que resolver a questão de curto prazo da assistência social, o Brasil tem um desafio importante de fazer com que os beneficiários do programa social consigam superar a pobreza de forma definitiva.

No ano passado, 9,5% da população brasileira vivia na situação de extrema pobreza – tinham uma renda per capita mensal inferior a R\$ 193 –, maior nível desde 2007, quando 10,7% estavam nessa condição, de acordo com dados compilados pela professora do Insper.

“O desenho de um programa de porta de saída, que vai fazer com que as pessoas alcancem uma autonomia, ainda não está claro”, afirma Laura. “O Brasil Sem Miséria, por exemplo, era um programa bem desenhado, documentado e tinha uma proposta de como incluir produtivamente no mercado de trabalho quem estava na área rural e quem estava na área urbana.”

Não há uma regra para a superação da pobreza. É preciso levar em conta a realidade de cada família e região do País. A solução pode estar em conseguir uma creche para uma mãe solteira que precisa trabalhar, um local adequado para que

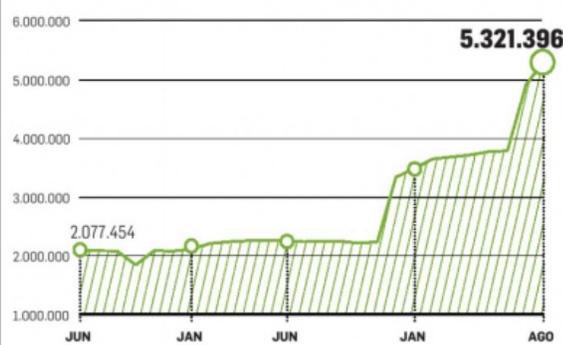


DIEGO VARA/REUTERS-24/10/2022

Auxílio Brasil tende a dar lugar a novo formato de Bolsa Família

CADASTRO ÚNICO

Cresce número de famílias beneficiadas com apenas um integrante



OBS.: OS DADOS DE OUT/2020 NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS

FONTE: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

uma família possa deixar uma pessoa idosa ou garantir cursos de profissionalização para um trabalhador com dificuldade de recolocação no mercado de trabalho.

“Só transferir renda não é suficiente. São necessárias três coisas. A assistência, cla-

ro, é uma delas, e um valor mais alto já resolve boa parte dos problemas, mas não é suficiente”, afirma Naercio Menezes, coordenador da Cátedra Ruth Cardoso e professor do Insper. “É preciso também ter um sistema de educação e saúde de qualidade.” ●